REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

AÇÃO COLETIVA E CRIAÇÃO DE VALOR: ESTUDO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS

COLLECTIVE ACTION AND VALUE CREATION: A STUDY IN AN ASSOCIATION OF RURAL PRODUCERS

Ciências Sociais Aplicadas • 04/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793512571

Maryele Lázara Rezende
Gilmara Martins de Oliveira
Alcido Elenor Wander
Cleyzer Adrian da Cunha

RESUMO

Na década de 90 várias ações coletivas foram criadas nas regiões rurais com vista a adaptação às mudanças econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, neste contexto surgiu a Associação estudada com o objetivo de acessar tecnologias não disponíveis individualmente e promover o desenvolvimento econômico dos associados. Logo, o objetivo deste trabalho é descrever a Associação e analisar os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento à luz da teoria das ações coletivas. Para o desenvolvimento do trabalho foram realizadas entrevistas e os dados foram analisados conforme teoria das ações coletivas. Observou-se que o tamanho reduzido do grupo e a presença de laços fortes entre os indivíduos contribui para o desenvolvimento e longevidade da associação, porém a associação apresenta pautas emergentes a serem discutidas para garantir sua continuidade, como a regulamentação da entrada de novos sócios ou a sucessão familiar e o aumento da heterogeneidade de interesses que demanda expertise em outras atividades econômicas.

Palavras-chave: Ações coletivas; Associativismo; Criação de valor.

ABSTRACT

In the 90s several collective actions were created in rural regions in order to adapt to economic, social, political, and technological changes. In this context, the Association studied emerged with the objective of accessing technologies not available individually and promoting the economic development of the associates. Therefore, the objective of this work is to describe the Association and analyze the factors that contributed to its development in the light of the theory of collective actions. For the development of the work, interviews were carried out and the data were analyzed according to the theory of collective actions. It was observed that the reduced

size of the group and the presence of strong ties between individuals contributed to the development and longevity of the association. However, the association presents emerging agendas to be discussed in order to guarantee its continuity, such as the regulation of the entrance of new members or the family succession and the increase in the heterogeneity of interests that demands expertise in other economic activities.
Keywords: Collective actions; Associativism; Value creation.

INTRODUÇÃO

A partir de 1990 várias formas de ações coletivas passaram a fazer parte do contexto rural, auxiliando no desenvolvimento local e regional, isso significa que as firmas estão criando modelos baseados na complementaridade, coletividade e constituição de laços de interdependência (Wenningkamp; Schimidth, 2016). Essas organizações proliferaram na forma de associações, cooperativas, condomínios rurais entre outras, atendendo às mudanças ambientais impostas pelas esferas econômicas, sociais, políticas e tecnológicas (Fillipi; Guarnieri; Cunha, 2019).

As ações coletivas podem proporcionar diversos benefícios aos participantes como o aumento de receita, ganhos de escala, aumento do poder de barganha, diluição dos riscos, maior poder de negociação, redução dos custos de transação, aprendizado coletivo, compartilhamento e acesso a tecnologias (Weeningkamp; Schimidth, 2016). No entanto, gerenciar empreendimentos coletivos e a diversidade de conflitos de interesses é um desafio para gestores e participantes. As variáveis internas de ações coletivas são mais complexas e extremamente relacionadas a aspectos sociais e comportamentais. Para lançar luz sobre a temática, a teoria das

ações coletivas visa compreender aspectos que são determinantes para a criação e desenvolvimento de ações coletivas, aspectos como liderança, tamanho do grupo, heterogeneidade do grupo e de interesses são avaliados por autores como Ostrom (2007), Olson (1999) e Granovetter (1973).

Logo, o objetivo deste trabalho é descrever a Associação e analisar os fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento à luz da teoria das ações coletivas.

A associação estudada foi fundada em 1991 por produtores rurais de um munícipio do Estado de Goiás com o objetivo inicial de compartilhar tecnologias que não estariam acessíveis individualmente. A Associação tem atualmente 23 sócios e presta serviço de maquinários agrícolas para os associados e a comunidade. A associação emprega operadores de máquinas agrícolas e arrenda terras para cultivo de lavouras, gerando desenvolvimento econômico na região. Por meio da Associação os produtores rurais da região têm acesso a orientação e educação com foco na atividade produtiva, normalmente em parceria com instituições governamentais.

Esse trabalho foi organizado em um referencial teórico sobre a teoria de ações coletivas, metodologia empregada, os resultados foram divididos em (i) descrição da Associação e (ii) análise das variáveis da ação coletiva, por fim são apresentadas as considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Teoria da Ação Coletiva

A Teoria da Ação Coletiva procura compreender os motivos pelos quais indivíduos cooperam uns com os outros em prol de um objetivo quando poderiam agir sozinhos; para Olson (1999) a ação coletiva ocorre em função do nível de dificuldade para a obtenção do objetivo de forma individual, assim cooperação possibilita o alcance de objetivos comuns de forma mais facilitada.

Lazzaretti (2014, p. 153) citando Ostrom (1992) afirma que “a ação coletiva é um processo iterativo e uma construção social decorrente dos processos de aprendizagem coletiva, a partir das trajetórias sociais dos indivíduos e da sua experiência construída no seio dos grupos”.

Para Nassar e Zylbersztajn (2004) a teoria de ação coletiva de Olson associa o sucesso de uma ação coletiva ao tipo de grupo que está na sua base. Assim, características como homogeneidade/heterogeneidade e tamanhos dos grupos possuem impactos diretos no alcance dos objetivos para os quais os grupos foram criados.

Geralmente os grupos são formados quando seus membros percebem que os benefícios gerados em conjuntos são superiores ou possuem menores custos que aqueles gerados individualmente. Portanto, os integrantes precisam de incentivos tanto para entrar quanto para permanecer no grupo. Os incentivos podem ser financeiros ou não. O indivíduo pode perceber como ganho a forma como é visto pelos demais, assim a participação da ação coletiva lhe confere *status* ou reputação diante dos seus pares.

Para Olson (1971) cada indivíduo atribui certo valor ao bem coletivo, tal valor dependerá das suas preferências individuais. Quem

considera o bem mais valioso despende mais esforços para o provimento, arcando com os custos. Em grupos homogêneos o valor dado ao bem tende a ser o mesmo; o custeio então ocorre de forma igualitária entre os membros. O equilíbrio entre custo e benefício acontece em grupos pequenos onde a produção do bem ocorre em nível ótimo e não há presença de caronas.

O fenômeno de exploração do grande pelo pequeno trazido por Olson (1971) ocorre quando em grupos geralmente grandes e heterogêneos, o valor dado ao bem coletivo é diferente, assim os integrantes que valorizam mais o bem estão dispostos a arcar com os custos e quando o benefício for obtido/gerado acaba sendo usufruído por todos. Assim na presença de *freeriders* o bem será produzido por aqueles que lhe conferem maior valor.

Nassar e Zylbersztajn (2004) indicam que nos casos em que os integrantes possuem características diferentes e possuem visões diferentes quanto aos retornos das ações, a proporcionalidade pode ser empregada para que todos os membros do grupo contribuam para o custeio do bem coletivo, assim seria preciso a criação de instrumentos de avaliação individual ou de subgrupos na implantação da condição de proporcionalidade.

A seguir apresentam-se algumas variáveis que influenciam na probabilidade de cooperação por parte dos indivíduos, entre eles estão:

- Racionalidade individual e racionalidade coletiva - é necessário que haja algum incentivo ou coerção para que os indivíduos estejam dispostos a arcar com com os custos da ação grupal. A ação coletiva depende da percepção dos indivíduos que seus

esforços individuais serão maiores do que os esforços coletivos do grupo (Olson, 1999).

- Tamanho dos grupos - Olson (1999) afirma que em grupos pequenos a percepção de cada indivíduo em relação ao benefício alcançado é maior do que em grupos grandes; a presença dos caronas é mais evidente; e a os custos de coordenação são menores em grupos pequenos, sendo estes fatores que facilitam a cooperação dos indivíduos tornando os grupos pequenos mais eficientes.

- A comunicação face a face está relacionada com o aumento da persuasão moral, o “olhar nos olhos” em repetidas situações leva ao aumento de confiança entre os indivíduos (Ostrom, 2007).

- A forma de função de produção depende das características do grupos, do número de integrantes, homogeneidade ou heterogeneidade, disposição a cooperar, entre outros fatores. Assim a forma de produção demonstra quantas ações individuais são necessárias para que determinado benefício coletivo seja alcançado (Ostrom, 2007).

- A presença de informações sobre ações passadas (reputação do indivíduo) quando positiva contribui para uma maior colaboração que tende aumentar ao longo do tempo em situações onde ocorrem repetidas interações. Para pequenos grupos a confiança entre os integrantes é mais facilitada devido ao conhecimento entre eles (Ostrom, 2007).

- A forma como os indivíduos estão ligados: há maior possibilidade de contribuição quando o indivíduo conhece

quem está sendo beneficiado com a sua contribuição (Ostrom, 2007).

- Entrada e saída voluntária do grupo para Ostrom (2007) quando é possível cooperar ou não, os indivíduos escolhem parceiros que veem a possibilidade de alcançar os objetivos.

Alguns fatores são apontados por Berdegué e Ramirez (2003, p.7) que influenciam tanto no êxito quanto na sustentabilidade da ação coletiva. Esses são classificados em fatores internos - refere-se às "relações entre os participantes e entre eles e os grupos ou organizações que canalizam a ação coletiva"; fatores externos - trata das "relações entre as organizações que realizam a ação coletiva e outros atores sociais que têm uma incidência direta sobre ela"; fatores de contexto - que abordam questões sobre "marco de incentivos, oportunidades e restrições onde nasce, planifica-se e realiza-se a ação coletiva".

Quanto aos fatores internos Berdegué e Ramirez (2003, p.7) afirmam que as relações entre os participantes da ação coletiva e entre eles e grupos ou organizações são determinadas por: a) "os valores compartilhados pelos integrantes (solidariedade, a honestidade, a reciprocidade e a confiança)"; b) "as normas de conduta dos participantes (compromissos, disciplina, respeito, abertura para diálogo e disposição à autocrítica)"; c) "o sistema de regras formais que regem as relações no interior das organizações"; d) "mecanismos para garantir o cumprimento dos acordos, compromissos e regras formais (incentivos e sanções)"; e) "existência de líderes inovadores capazes de conduzir o desenvolvimento coletivo".

METODOLOGIA

A natureza deste estudo é pesquisa aplicada, do tipo exploratória e descritiva utilizando o método de estudo de caso, os dados foram coletados em entrevistas e análise documental (Provdanov; Freitas, 2013). Para o desenvolvimento deste trabalho foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o presidente da associação e associados. As entrevistas foram realizadas no período de 15/11/2021 a 20/11/2021. No total foram realizadas 5 entrevistas e analisados documentos como estatutos e ata de reunião.

O recrutamento dos participantes na pesquisa foi realizado por meio de mensagens de celular e a amostra foi determinada pelo método de “bola de neve” onde um indivíduo indicava outros indivíduos chaves para participação na pesquisa.

Antes de aceitarem participar das pesquisas os participantes foram esclarecidos quanto ao sigilo, liberdade em participar da pesquisa, ou de não responder a alguns questionamentos, bem como demais aspectos éticos de sua participação. Aos que aceitaram participar foi solicitado assinatura do termo de consentimento livre esclarecido (TCLE).

Os resultados da pesquisa foram discutidos a partir de autores clássicos da teoria de ações coletivas como Olson (1999), Ostrom (2007) e Granovetter (1973) e organizados conforme a metodologia de Tierling e Schimidt (2016).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Descrição da Associação

Quando diversas unidades econômicas geralmente da mesma natureza de produção chegam à conclusão de que certas atividades se tornam por demais custosas para cada uma delas isoladamente elas podem congregar formando a comunidade dotada de organização administrativa especial, e transfere a essas organizações determinadas tarefas de modos agregados. Assim, essas unidades produtivas anteriormente isoladas renunciam no todo ou em parte ao exercício independente de certas atividades comunitárias e se põem a serviço das economias particularmente associadas (Neto, 2014).

Para tanto, a associação é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. As associações diferenciam-se das cooperativas ou outras pessoas jurídicas, pelos associados não serem propriamente os donos da associação e o patrimônio acumulado, em caso de sua dissolução deve ser destinado a outra instituição semelhante (Cardoso; Carneiro; Rodrigues, 2014).

Foi nesse contexto que surgiu a Associação em 1991, inicialmente o objetivo da associação era obter maquinários (especificamente tratores e implementos) para auxiliar as atividades rurais dos produtores associados, em especial, a formação de passagens. Com o decorrer do tempo os objetivos da associação passaram a ser diversos como por exemplo a aquisição de vacas leiteiras por meio da obtenção de financiamentos e aquisição conjunta de suprimentos para as unidades associadas, bem como, a comercialização de leite em maior volume.

Atualmente a Associação conta com 23 associados sendo que a maioria deles participam desde a fundação ou são filhos dos fundadores e dedica-se ao compartilhamento de maquinários. A Associação tem atualmente quatro tratores equipados. Esses tratores atendem ao interesse dos associados que pagam uma taxa reduzida quando necessita dos serviços, também atende a comunidade (não associados) cobrando uma taxa de mercado pelos serviços realizados.

A Associação possui uma sede destinada à realização de assembleias, reuniões e festividades. Na sede também são armazenados os tratores e implementos. O prédio da associação foi construído em um terreno doado por associados, o dinheiro para construção foi obtido a partir de cultivo de lavouras arrendadas, nestas lavouras o trabalho era organizado na forma de mutirão.

Os associados compartilham laços familiares, de amizade e são unidos pela religião. As propriedades rurais ficam próximas à sede da associação. A limitação geográfica é um dos critérios para aceitar ou não novos associados, visto que o objetivo da associação é prioritariamente fornecer serviços com maquinários agrícolas e a distância pode encarecer ou inviabilizar a prestação do serviço a tempo e a hora.

Portanto, a Associação se caracteriza como um empreendimento social cujo objetivo é alcançar benefícios comuns ao grupo de participantes. Para Olson (1999) não existem grupos sem os seus interesses, no caso da Associação o interesse inicial era promover o desenvolvimento econômico dos produtores da região.

A seguir os dados coletados nas entrevistas serão avaliados conforme os principais aspectos da teoria das ações coletivas.

Tamanho do Grupo

A Associação é composta atualmente por 23 associados, que são produtores rurais com propriedades próximas à sede da associação. Ao longo do tempo Associação já teve até 30 associados, caracterizando a associação como um grupo pequeno.

Para Olson (1999) em grupos pequenos cada membro fica com uma parte substancial do ganho total coletivo, isso motiva a ação voluntária e o envolvimento dos associados. Ainda para o autor, quanto maior o grupo mais longe ele ficará de atingir seu ponto ótimo de provimento do benefício coletivo. Portanto, observou-se que manter um grupo significativamente pequeno contribuiu para o desenvolvimento da associação, isso foi possível em função da percepção que os associados tinham sobre os retornos econômicos e por meio do controle social empreendido pelos laços fortes e a confiança entre os participantes da atividade.

Durante a entrevista com os associados foi possível perceber que na época do surgimento da Associação também houve iniciativa de outras associações, compostas por uma quantidade maior de indivíduos e com laços fracos de relacionamento, grande parte dessas associações não prosperaram e geraram conflitos de interesses.

Racionalidade Individual X Racionalidade Coletiva

A racionalidade individual e a racionalidade coletiva referem-se à avaliação dos esforços e benefícios empreendidos individualmente

ou em grupo. Para Olson (1999) a menos que haja coerção ou algum incentivo além do benefício coletivo que os estimulem a arcar com os custos da ação grupal, eles não agirão em prol do objetivo comum.

Na associação estudada ficou evidente que os indivíduos participantes da ação coletiva, selecionam as atividades que têm potencial de apresentar resultados coletivamente, como é o caso das lavouras arrendadas e o compartilhamento de maquinários. Em contrapartida, observou-se a racionalidade individual no momento em que os produtores desistiram de comercializar os produtos provenientes da atividade rural de forma conjunta, bem como passaram a adquirir insumos separadamente. Neste momento ficou evidente que o ganho individual se sobrepõe ao coletivo. Esse comportamento oportunista pode ter impedido a geração de valor que poderia ter sido acrescida à ação coletiva. Para Tierling e Schmidt (2016) a geração de valor em empreendimentos coletivos somente pode ocorrer quando existe um equilíbrio entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva, também é necessário que o tamanho do grupo e a homogeneidade de interesses seja compatível entre os membros para garantir a continuidade da ação coletiva.

Heterogeneidade do Grupo – Laços Fortes/Laços Fracos

Laços fortes e fracos são caracterizados a partir do relacionamento existente entre os indivíduos. Relacionamentos do tipo família, amizade e proximidade entre os agentes representam laços fortes. Os laços fracos são o oposto dos laços fortes, porém possibilitam uma oportunidade de aumentar as redes de relacionamento, formar novas parcerias e agregar valor às organizações (Granovetter, 1973).

No contexto da Associação os laços são caracterizados como fortes pois apresentam delimitações geográficas e relacionamento próximo, representado por família e amigos. No processo de evolução da associação não foi identificada a entrada de indivíduos pertencentes a grupos diferentes. Tal fator, somado a confiança e homogeneidade de interesses do grupo por uma longa data podem inibir a geração de valor (Tierling; SMIDT, 2016).

Formas de Ligação dos Indivíduos

Na Associação foi possível observar que o grupo caracteriza-se como inclusivo onde não existe interesse na saída dos membros, pelo contrário é mantido um esforço para que os mesmos permaneçam no grupo mesmo quando não desempenham mais atividades econômicas. Durante o processo de coleta de dados foi possível observar que alguns associados, já se encontravam aposentados e mesmo assim, continuavam a atuar na associação e não era interesse dos demais associados a sua saída ou substituição. Isso remonta aspectos sociais, de prestígio e reputação.

Para Olson (1999) nos grupos inclusivos a barganha ou a interação estratégica são muito menos comuns e importantes, isso se dá em parte porque no grupo inclusivo ninguém deseja eliminar ninguém do grupo. Porém, os incentivos sociais funcionam somente em grupos menores, como é o caso da associação estudada. Para o autor, quando os membros do grupo são parentes ou amigos pessoais existe a possibilidade de que um indivíduo assuma um maior ônus pelo benefício coletivo, em função na manutenção dos laços sociais, isso representa a pressão social.

Heterogeneidade de Interesses do Grupo

A dificuldade de analisar a relação entre o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo no grupo se deve em parte ao fato de que cada indivíduo em um determinado grupo pode conferir um valor diferente ao benefício público almejado por seu grupo (Olson, 1999).

No caso da associação os indivíduos apresentam em geral interesses comuns, que é a prestação de serviços de maquinário agrícolas às unidades dedicadas à atividade de pecuária. Esse benefício, não seria atingido de forma individual em função do custo de aquisição dos maquinários e manutenção dos mesmos, porém a disponibilidade de máquinas agrícolas é essencial para a realização da atividade rural e o principal benefício da formação da associação é a disponibilidade do serviço a tempo e na hora, principalmente para atender emergências nas unidades rurais.

A principal heterogeneidade apresentada no grupo refere-se a quantidade de serviço (horas) prestado para cada associado em função do tamanho da área da unidade. No entanto, a possibilidade de arrendar a propriedade rural ao cultivo da soja e outros cereais soa como alerta para a homogeneidade dos interesses da associação, esse fator poderá levar a associação a mudar a forma de atuação ou deixar de existir conforme o interesse dos produtores em contratos de arrendamento. Para Tierling e Schmidt (2016) o aumento da heterogeneidade de interesses pode reduzir o nível de cooperação entre os indivíduos e inibir a agregação de valor da ação coletiva.

Comunicação Face a Face

Na associação estudada os indivíduos reúnem-se periodicamente para discutir pautas importantes à associação. Além das reuniões, os indivíduos residem próximos, possibilitando uma comunicação direta e completa. Existe o compartilhamento de informações e experiências, erros e acertos, conselhos e palpites. Esse tipo de comunicação com barreiras reduzidas, podem favorecer a cooperação entre os indivíduos e a longevidade da organização (Tierling; SMIDT, 2016; Schein, 2008).

Reputação e Confiança

Na Associação o elemento confiança se faz presente na fala dos entrevistados, por ser um grupo pequeno e formado principalmente por pessoas com vínculos familiares e de amizade.

A confiança desenvolvida pelos laços fortes possibilitou a fundação e desenvolvimento da associação. A maior parte dos acordos são mantidos de maneira informal, sem cláusulas de garantia, nessa situação o interesse na continuidade do relacionamento (da associação e da família) se sobrepõe ao desejo de agir oportunisticamente e em defesa de interesses individuais.

Liberdade para Entrar e Sair do Grupo

Os indivíduos pertencentes à associação têm a liberdade de sair do grupo a qualquer momento, bastando apenas assinar a renúncia. Ao saírem da associação eles renunciam todo patrimônio em função dos demais associados. Porém, não existe a mesma liberdade no momento de entrar no grupo, por ser uma organização existente há bastante tempo e com uma porção significativa de patrimônio, não existe interesse dos atuais membros em aceitar novos indivíduos. Os novos entrantes somente são bem-vindos em caso de sucessão

familiar, onde os pais renunciam sua participação e associam os filhos. Também foram verificadas informações divergentes entre os sócios sobre como deve ser o procedimento de entrada de novos associados.

Por ser um grupo antigo que partilha de laços fortes de relacionamento, não foi verificado interesse em deixar o grupo ou excluir indivíduos do grupo. Porém observa-se que quanto menos indivíduos, melhor para o desenvolvimento econômico da ação coletiva, em especial pela maior flexibilidade de uso dos maquinários disponíveis.

Liderança

Na Associação a liderança é exercida por um presidente eleito, o mesmo tem direito a remuneração e exerce funções como a manutenção das máquinas agrícolas e coordenação das mesmas. Além do presidente existe um conselho administrativo responsável por cuidar das finanças e redigir atas de assembleias. É importante destacar que a presença de uma liderança é essencial para a organização e execução das atividades da ação coletiva, sem a presença de um líder a ação poderia deixar de existir em função de comportamentos de esquiva das atividades que consomem tempo e podem apresentar riscos econômicos e sociais.

Para Olson (1999) é comum as organizações recorrerem a um grupo menor como os comitês, subcomitês, conselho administrativo, entre outros. Um pequeno grupo uma vez criados tende a desempenhar um papel crucial. Para Tierling e Shmidt (2016) a liderança é um elemento essencial para a agregação de valor à ação coletiva.

Presença de *freeriders*

Na associação estudada a presença de *freerider* foi verificada tanto entre os membros do grupo que evitam assumir a liderança, bem como agentes da comunidade que não fazem parte da associação.

Uma das falas que evidencia essa situação, foi um relato de um dos entrevistados em que ele narra o momento de colocar energia nas unidades rurais, segundo ele a comunidade desejava esperar que os associados colocassem energia em suas propriedades para que depois ficasse mais barato aos não associados a instalação da energia.

Essa situação foi bem descrita por Olson (1999) ao afirmar que a primeira unidade do benefício coletivo é também a mais cara. Para o autor, cada membro preferiria que os outros pagassem todo o custo sozinho e por via de regra desfrutar de qualquer vantagem provida quer tivesse ou não arcado com parte do custo (Olson, 1999).

Outra evidência da presença de *freeriders* é a prestação de serviço de máquinas agrícolas que a Associação realiza aos não associados, mesmo que cobrando um preço diferenciado. Observa-se que os laços fortes ultrapassam os limites da associação e estendem-se à comunidade favorecendo o comportamento carona. Nesta situação a análise da reputação se estende a toda comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação caracteriza-se por ser um grupo pequeno, longilíneo e com laços fortes de relacionamento. A seguir apresenta-se um quadro com o resumo da influência das variáveis da teoria da ação coletiva na criação de valor da organização estudada.

Quadro 1. Influência das variáveis da ação coletiva que interferem na associação estudada

Variáveis da teoria das ações coletivas	**Fatores de influência**	**Forma de influência na criação de valor**
Tamanho do grupo	Grupo pequeno com benefícios e ações individuais facilmente percebidas pelo grupo	Positivo
Racionalidade individual x Racionalidade coletiva	Os indivíduos aplicam a racionalidade seletiva ao determinar as atividades que devem ser realizadas conjuntamente/individualmente	Positivo
Racionalidade aliada a heterogeneidade de interesses	Aumento da heterogeneidade de interesses e substituição da atividade econômica	Negativo - se continuar a aumentar a heterogeneidade de interesses a associação pode perder seu objetivo econômico e atender apenas ao objetivo social
Heterogeneidade do grupo	laço forte	Positivo - auxiliar na pressão social para a constituição do grupo
		Negativo - inibiu o crescimento e expansão da organização
Comunicação face-a-face	Proximidade e comunicação completa	Positivo
Liberdade para entrar e sair do grupo	Barreiras à entrada no grupo, liberdade em sair a qualquer tempo	Negativo - necessidade de consultoria e avaliação patrimonial para estabelecer cotas justas de

		entradas a novos indivíduos e regulamentos para a sucessão familiar.
Liderança	Representada por um presidente e um conselho administrativo	Positiva
Presença de *freeriders*	Presença de não associados dependentes da ação da associação	Negativo

Fonte: Autores (2021)

Quadro 2. Classificação dos elementos como internos e externos

Elementos internos positivos	**Elementos internos negativos**
Grupo pequeno; Controle realizado pelo meio social e reputação; Confiança entre os sócios; Laços fortes, representados por família e amizade; Comunicação completa e facilitada Homogeneidade de interesses do grupo até a data de coleta de dados	Dificuldade em determinar como será a entrada de novos sócios; Dificuldade de promover a sucessão familiar; Os laços fortes verificados no grupo dificulta o crescimento e expansão da associação
Oportunidades	**Ameaças**
Prestar assessoria e consultoria jurídica e administrativa aos associados conforme aumento da heterogeneidade de interesses dos sócios; Adaptar maquinário para atender novas atividades econômicas;	Aumento da heterogeneidade de interesses, em especial o interesse no arrendamento de terras para o cultivo de soja; A comunidade exerce o comportamento de freerider com a associação, e como os laços fortes se estendem à comunidade dificulta estabelecer um delineamento.

Fonte: Autores (2021)

Em síntese foi possível determinar que os elementos “tamanho do grupo”, “comunicação face-a-face” e “liderança” são considerados positivos para agregar valor à ação coletiva. Já a “presença de *freeriders*” e a “liberdade de entrar e sair do grupo” foram considerados negativos, o primeiro por possibilitar comportamento oportunista aos não associados e o segundo por ameaçar a continuidade da ação coletiva tendo em vista o pontos de alerta como a “heterogeneidade de interesses” ao implementar uma nova atividade econômica na região e o envelhecimentos dos associados. Esses elementos evidenciam a necessidade de implantar instrumentos de gestão que visam regulamentar a entrada de novos sócios de uma forma justa (do ponto de vista econômico), porém atendendo a critérios que mantêm a geração de valor na associação como a comunicação face-a-face e os laços fortes. Também é importante que a associação assessore o processo de mudança da atividade econômica e continue a prestar serviços aos associados.

Em contribuição a literatura sobre Teoria de ações coletivas, observa-se que o termo “racionalidade seletiva” (Granovetter, 1985), mais apropriado do que as considerações de Olson (1999) que Classifica a racionalidade em “individual” e “coletiva”. Para Granovetter (1985) a economia não pode ignorar as estruturas sociais e limitar a análise do comportamento como racional ou irracional, ela deve compreender os aspectos sociais como aprovação e poder.

Em considerações finais ao trabalho, verifica-se uma desaceleração da ação coletiva e a necessidade de uma ação conjunta dos associados com o ensejo de continuar promovendo o benefícios econômico coletivo e implementar as mudanças necessárias sem

perder a essência e motivos do sucesso da Associação que são os laços fraternos que geram confiança, pressão social, cooperação e desenvolvimento da região.

Cabe mencionar que este estudo apresenta limitações em função da metodologia do estudo de caso com resultados exclusivos para o objeto de estudo deste trabalho. É importante ressalvar que este trabalho apresentou resultados distintos do trabalho de replicação metodológica (Tierling; Schimidth, 2016), isso se deve pelo estudo de fenômenos sociais e mesmo assim a teoria das ações coletivas e seu corpo de autores clássicos se mostrou útil e capaz de abordar uma diversidade de situações. Em sugestão a pesquisas futuras sobre ações coletivas, incentiva-se estudos sobre a sucessão familiar em empreendimentos coletivos, bem como a continuidade de trabalhos empíricos no contexto nacional que possam abordar diferentes possibilidades de agregação de valor das ações coletivas. Também sugere-se a futuros pesquisadores o estudo e a criação de um instrumento metodológico robusto para a avaliação de ações coletivas.

* O nome e localidade da Associação foi mantido em sigilo conforme acordado em TCLE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERDEGUÉ, J.; RAMIREZ, E. A. **Estratégias de ação coletiva e melhoras das condições de vida das populações rurais.** 2003. Disponível em: https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/31366/119165_p.pdf?sequence=8. acesso em: 21 nov. 2021.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. Associação - Série Empreendimentos Coletivos. **SEBRAE,** p. 46, 2014.

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. **Journal of Economic Sociology,** v. 3, n. 3, p. 44–58, 1985.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. **American journal of sociology,** v. 78, n. 6, p. 22, 1973.

LAZZARETTI, M. Ângelo. Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao MST. **Tempo da Ciência,** v. 21, n. 41, p. 154–162, 2014. DOI: 10.48075/rtc.v21i41.11024. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/11024. Acesso em: 21 nov. 2021.

NASSAR, A. M.; ZYLBERSZTAJN, D. Associações de interesse no agronegócio brasileiro: análise de estratégias coletivas. **Revista de Administração,** v. 39, n. 2, p. 141–152, 2004.

NETO, S. B. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. (Org.). . **Gestão Agroindustrial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva.** EDUSP, 1999.

OLSON, Mancur. **The logic of the collective action: public goods and the theory of groups.** Cambridge, USA: President and Fellows of Harvard College, 1971. 185p.

OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica,** Bologna, v. 3, 2007.

PROVDANOV, C. C.; FREITAS, E. C. DE. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** FEEVALE, 2013.

SCHEIN, Edgar H. **Princípios da consultoria de processos:** para construir relações que transformam. São Paulo - Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 2008.

WENNINGKAMP, K. R.; SCHMIDT, C. M. Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012). **Desenvolvimento em Questão,** v. 14, n. 35, p. 307, 2016.